

1959

TEXTO PARA DISCUSSÃO

DILEMAS DO TRABALHO: SINDICATOS NO BRASIL HOJE

André Gambier Campos

1959

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Brasília, abril de 2014

DILEMAS DO TRABALHO: SINDICATOS NO BRASIL HOJE

André Gambier Campos*

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <andre.campos@ipea.gov.br>. O autor agradece a Carlos Henrique Leite Corseuil, Gabriel Lopes de Ulyssea, José Celso Cardoso Jr. e Sandro Pereira da Silva, todos do Ipea.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete
Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: J51; L16; J82

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 SINDICATOS: DE 1970 A 1990..... 7

3 A BASE DOS SINDICATOS: ANOS 1990 E 2000..... 13

4 ALGUMAS HIPÓTESES 26

REFERÊNCIAS 29

APÊNDICE 33

SINOPSE

Nos anos 1990, por conta dos eventos ocorridos na economia brasileira, a associação de trabalhadores a sindicatos enfrentou uma crise expressiva. As bases sindicais contraíram-se e, ao mesmo tempo, tornaram-se mais rarefeitas. Contudo, nos 2000, apesar de a economia ter colaborado bastante, ao menos em seu âmbito *macro*, a associação dos trabalhadores aos sindicatos não avançou – ao menos, não como poderia ter avançado. Com efeito, os anos 2000 registraram um descolamento entre as dinâmicas laboral e sindical. Por um lado, a primeira avançou por meio da criação de milhões de novos empregos, na esteira dos eventos ocorridos na economia. Por outro lado, a segunda não avançou – ou, ao menos, não tanto quanto –, pois os sindicatos alcançaram apenas uma fração dos ocupantes destes novos empregos. Ou seja, as bases sindicais se ampliaram, mas raramente se adensaram. O que poderia estar por trás deste descompasso entre as dinâmicas laboral e sindical nos anos 2000? O que poderia explicar a rarefação das bases, apesar de sua ampliação concomitante? Neste texto, pretende-se levantar algumas hipóteses, situadas em três campos de discussão – o da economia, o da demografia/sociedade e o da política.

Palavras-chave: sindicatos; trabalhadores; indústria.

ABSTRACT

In the 1990s, due to the events in Brazilian economy, workers' unions faced a significant crisis. The union's bases contracted and, at the same time, became more rarefied. However, in 2000, despite the good shape of the economy (at least in its *macro* context), workers' affiliation to the unions did not advance (at least, not as it might have advanced). Indeed, the 2000s showed a gap between the labour and union dynamics. On the one hand, the first advanced through the creation of millions of new jobs, in the wake of events in Brazilian economy. On the other hand, the second did not advance (or, at least, not as much), because unions reached only a fraction of the occupants of those new jobs. In short, union's bases widened, but rarely thickened. What were the reasons behind this discrepancy between the labour and union dynamics in the 2000s? What could explain the lack of density of union's bases, despite their concomitant expansion? In this article, the objective is to raise some hypotheses, situated in three fields of discussion (the field of the economy, of the demographics/society and of the politics).

Keywords: unions; workers; industry.

1 INTRODUÇÃO

Este texto enfoca a organização coletiva do trabalho, que ocorre por meio da associação de trabalhadores a sindicatos. Nos anos 1990, devido a eventos ocorridos na economia brasileira, esta associação enfrentou uma crise expressiva. As bases sindicais contraíram-se (ou seja, reduziram-se) e, ao mesmo tempo, tornaram-se mais rarefeitas (menos densas). Contudo, nos anos 2000, apesar de a economia ter colaborado bastante, ao menos em seu âmbito *macro*, a associação dos trabalhadores aos sindicatos não avançou (ao menos, não como poderia ter avançado).

Excetuando esta apresentação, a primeira seção dedica-se a relatar a crise dos sindicatos nos anos 1990, que se expressou pela menor filiação de trabalhadores em suas bases. Esta crise continua a ser abordada na segunda seção, que também mostra as possibilidades de sua superação nos anos 2000, quando as bases sindicais se ampliaram bastante (ainda que não tenham se adensado). A terceira seção preocupa-se em analisar o perfil dos trabalhadores que se filiaram aos sindicatos, ao longo de todo o período de análise. A quarta e última seção traz algumas hipóteses explicativas para o fato de, nos anos 2000, não ter se revertido inteiramente a crise que afetou a filiação aos sindicatos nos 1990.

Ressalte-se que, ao analisar a associação de trabalhadores, este texto concentra-se em alguns tipos específicos. Essencialmente, concentra-se naqueles: *i*) engajados em empresas privadas, situadas na indústria de transformação; e *ii*) engajados por meio de vínculos de trabalho assalariado e formalizado, segundo os parâmetros vigentes na regulação laboral. Em boa medida, estes trabalhadores correspondem àqueles que, a partir do final dos anos 1970, mobilizaram-se e trouxeram os sindicatos de volta à esfera pública brasileira. Os exemplos podem ser vários, destacando-se os trabalhadores metalúrgicos, os petroleiros e os químicos, entre outros.

2 SINDICATOS: DE 1970 A 1990

A organização coletiva do trabalho é estudada por disciplinas tão diversas quanto a economia, o direito, a sociologia, a política e a antropologia. Em meio a tais disciplinas, surge o fenômeno da associação dos trabalhadores, em estudos acerca da transformação que estes últimos sofrem, de corpos individuais em corpos coletivos. Estes estudos

versam sobre as razões desta transformação, os perfis dos trabalhadores envolvidos, as consequências disto para a economia, a sociedade, a política e assim por diante.

No Brasil, o tema da associação ganhou ainda mais relevo durante a crise do Regime Militar, na segunda metade dos anos 1970. Grupos de trabalhadores organizados em sindicatos contrapuseram-se ao regime, questionando a regulação imposta ao mercado laboral. Entre outras coisas, esta regulação prejudicava a participação do trabalho nos resultados da economia, em crescimento acelerado ao longo do período do “milagre”. A sucessão de greves, a partir de 1978, colocou em questão esta regulação *laboral* de perfil autoritário, mas não se restringiu a isto (Abramo, 1986; Maroni, 1982; Sader, 1988; Telles, 1985).

Na verdade, os sindicatos de trabalhadores romperam com a longa história do corporativismo no país. Por meio das greves, eles promoveram uma renovação da regulação *sindical*.¹ E, entre outras coisas, esta renovação resultou na criação de uma nova central, bem como de um novo partido, cujas ações econômicas, sociais e políticas demonstraram amplo alcance histórico (Keck, 1991; Meneguello, 1989; Rodrigues, 1989; 1990). O término da ditadura e o início da redemocratização talvez sejam exemplos deste alcance (ainda que esta central/este partido tenham representado apenas alguns, entre outros atores na transição brasileira).

Seja como for, se os anos 1980 evidenciaram o ressurgimento dos sindicatos como atores relevantes na esfera pública, os anos 1990 apontaram no sentido inverso. Por razões vinculadas principalmente às mudanças ocorridas na estrutura econômica, os coletivos de trabalhadores passaram a enfrentar dificuldades, em sua organização e também em sua atuação. De uma perspectiva *macro*, focada basicamente no Estado, pode-se afirmar que as mudanças na estrutura econômica dos anos 1990 incluíram as seguintes iniciativas, integrantes de um modelo de acumulação denominado “liberal” (Cano, 2000; Cruz, 2007; Fiori, 2004; Pochmann, 2001):

- 1) A transferência de diversas funções estatais às empresas privadas – funções produtoras e até mesmo reguladoras, em determinados setores e em determinadas circunstâncias (processo conhecido como privatização).

1. Na década de 1980, o Brasil denotou-se pelo maior número de horas de trabalho atingidas por paralisações grevistas, em meio a todos os países que mantêm registros deste fenômeno (Noronha 1991; 1994; Sandoval, 1994).

- 2) A eliminação de diversas regulações econômicas, que eram entendidas como óbices às atividades das empresas privadas, em termos comerciais, tributários, administrativos e assim por diante (processo denominado desregulamentação).
- 3) A integração do mercado nacional, no qual as empresas privadas historicamente atuavam, ao mercado mundial – mediante a eliminação de barreiras, de toda e qualquer espécie, à circulação de capitais, tecnologias, produtos e serviços (processo conhecido como globalização).
- 4) A instituição de diversos incentivos à recepção e à absorção de capitais e tecnologias externos, o que beneficiaria as empresas privadas transnacionais, mais que as empresas nacionais (processo denominado desnacionalização).
- 5) A estabilização dos parâmetros monetários, abalados desde o começo dos anos 1980 pelo fenômeno inflacionário. Esta estabilização era importante para a atração de capitais e tecnologias externos. E foi alcançada por meio de um conjunto de políticas estatais nas áreas de crédito, juros, câmbio, comércio, gastos, tributos etc.

De uma perspectiva *micro*, focada quase que estritamente nas empresas privadas (compreendidas como os elementos centrais da economia que surgia), pode-se afirmar que as mudanças na estrutura econômica nos anos 1990 abrangeram as iniciativas que seguem (Castro, 1995; Hirata, 1993; Toledo, 2000).

- 1) Transferência de atividades, de algumas empresas para outras, mantendo-se apenas as atividades em que a competitividade fosse mais pronunciada (processo conhecido como desverticalização, terceirização e outras designações).
- 2) De forma relacionada, aquisição no mercado externo (regional ou mesmo mundial) de bens/serviços que antes eram produzidos/prestados internamente pelas empresas (processo denominado *outsourcing*).
- 3) Relocalização das atividades empresariais no território, considerado em âmbito nacional, regional ou mesmo mundial, principalmente em busca de menores custos (em termos de insumos, de trabalho, de tributos etc.) e de maiores mercados (de consumo para seus bens/serviços).
- 4) Modernização dos produtos empresariais (que passam a contar com níveis de custo e padrões de qualidade mundiais) e das atividades de produção, com investimentos maciços em novas máquinas e equipamentos (“trabalho morto”), bem como em novas formas de organização do “trabalho vivo” (implantação de um modelo de produção conhecido como ohnismo, toyotismo etc.).
- 5) Ampliação do controle das atividades produtivas pelas empresas, excluindo os trabalhadores (organizados em sindicatos, por exemplo) de deliberações acerca da

contratação, utilização, remuneração e demissão do trabalho (aspecto relevante da modernização das atividades de produção, segundo o modelo ohnista, toyotista etc.).

As possibilidades e as limitações geradas por essas transformações da *estrutura* econômica foram analisadas sob múltiplos pontos de vista. Neste texto, apenas se mencionam os impactos destas transformações sobre a *conjuntura* econômica dos anos 1990. De modo geral, o produto interno bruto (PIB) brasileiro tendeu a crescer de maneira vagarosa, além de bastante instável ao longo dos anos. Ademais, tendeu a crescer de forma desigual entre os vários setores, com o setor industrial tendendo a apresentar um descompasso em relação aos demais. E, no que se refere aos coletivos de trabalhadores (organizados em sindicatos), esta conjuntura acentuou diversos aspectos problemáticos, derivados da nova estrutura da economia.

Mencione-se que esses aspectos relacionados aos trabalhadores foram estudados sob diversas óticas, podendo ser resumidos como problemas vinculados ao chamado “processo de informalidade” (Cacciamali, 2000).

No âmbito *laboral*, esse processo incluiu a intermitência entre inatividade e atividade no mercado laboral, a elevação do desemprego (oculto e também aberto), a multiplicação de tipos de contrato para o trabalho subordinado (ou assalariado), a contratação de trabalho assalariado sem observância das regras laborais, a subcontratação (ou terceirização) do trabalho por meio de contratos civis ou comerciais, a expansão do trabalho em pequenos empreendimentos e do trabalho por conta própria (de caráter não capitalista).

No âmbito *sindical*, esses problemas relacionados ao “processo de informalidade” colaboraram decisivamente para que os sindicatos assistissem à contração e à rarefação de suas bases de apoio, por meio dos seguintes mecanismos (Cardoso, 1999; 2003; Ernst, 2003; Hyman, 1996; Pries e Dombois, 1998):

- 1) A elevação do desemprego, oculto ou mesmo aberto, fez com que diversos grupos de trabalhadores deixassem de pertencer às bases dos sindicatos (ao menos durante o período de desemprego, que tendeu a ser cada vez mais longo durante os anos 1990).
- 2) A redução do assalariamento ou, de modo alternativo, a ampliação do assalariamento em pequenos empreendimentos (resultado da desverticalização, da terceirização etc.) também fez com que vários grupos deixassem as bases sindicais (historicamente enraizadas nos maiores empreendimentos).

- 3) A crise dos empreendimentos industriais (particularmente afetados pelas transformações da estrutura econômica nos anos 1990) incidiu sobre diversos grupos que, tradicionalmente, integravam as bases dos sindicatos mais fortes (em ramos como o siderúrgico, o automotivo, o petroleiro, o químico e assim por diante).
- 4) O deslocamento de empreendimentos pelo território dos países (rumo a *green fields*, em busca de menores custos de produção) também fez com que diversos grupos de trabalhadores deixassem de pertencer às bases sindicais (tradicionalmente enraizadas nos chamados *brown fields*).
- 5) Mesmo quando o assalariamento se manteve, a implantação de novas formas de produção (ohnistas, toyotistas etc.) implicou uma reorganização e, frequentemente, uma fragmentação das bases dos sindicatos (por conta da multiplicação dos tipos de contratos laborais, das condições de trabalho, dos tipos de remuneração, dos tipos de garantias etc.).
- 6) A implementação dessas novas formas de produção, especialmente sensíveis a discontinuidades nos processos produtivos (por conta de iniciativas de estoque zero, *just in time* etc.), resultou em uma disputa renovada e acentuada pela lealdade dos trabalhadores, entre as empresas e os sindicatos (sendo que, em não raros casos, estes últimos saíram perdendo).
- 7) Mesmo quando o assalariamento se manteve, a diminuição da remuneração do trabalho fez com que os recursos financeiros à disposição dos sindicatos (recolhidos quase sempre com base nesta remuneração) frequentemente diminuíssem (prejudicando, desse modo, sua capacidade de organização e atuação).

Em suma, por conta do ocorrido com a estrutura e a conjuntura econômica, os anos 1990 presenciaram o que se denominou de “processo de informalidade”. Tal processo teve implicações no âmbito laboral e sindical, entre as quais se destacaram a contração e a rarefação das bases dos sindicatos de trabalhadores. E, por conta destas implicações, tais sindicatos passaram a enfrentar múltiplas e variadas dificuldades, em sua organização e também em sua atuação (Alves, 2005; Cardoso, 1999; 2003).

Os números apresentados a seguir, sobre emprego e sindicalização, ratificam esse contexto marcado por dificuldades. E o fazem, principalmente, no que se refere aos sindicatos radicados na indústria de transformação. Estes representam o foco central deste texto, por terem sido os protagonistas da reaparição do trabalho na esfera pública. Em meio aos organismos que alavancaram as mobilizações a partir do final dos anos 1970, que induziram a renovação da estrutura laboral e sindical no país, destacaram-se aqueles situados no setor metalúrgico, siderúrgico, petroleiro e químico.

De todo modo, se os números sobre o emprego e a sindicalização indicam as dificuldades enfrentadas pelos sindicatos nos anos 1990, os dos anos 2000 apontam em sentido contrário – ao menos no que se refere aos números sobre o emprego. Em todos os setores, inclusive nos pertencentes à indústria de transformação, a quantidade de ocupações assalariadas aumentou de modo relevante até 2011. E o curioso é que a sindicalização praticamente não acompanhou este aumento, fenômeno visível quando observado sob a perspectiva relativa (ou seja, sob a perspectiva da taxa de sindicalização – discutida logo a seguir no quadro 1).

No que diz respeito aos números sobre o emprego, apesar de eles indicarem que a estrutura e a conjuntura econômicas tiveram impactos mais positivos sobre a dinâmica *laboral* nos anos 2000, tais impactos não parecem ter alcançado inteiramente a dinâmica *sindical*. Analisada sob a ótica relativa, que leva em conta a taxa de sindicalização, esta última não apresentou um avanço, mas sim um recuo – especialmente no que tange aos sindicatos que estão no foco principal deste texto: os da indústria de transformação (sindicatos metalúrgicos, químicos etc.).

QUADRO 1 Taxa de sindicalização

Mencione-se que há diversas controvérsias em torno da taxa de sindicalização. Em especial, se ela consiste em bom indicador de força da organização e da atuação sindical no caso brasileiro.

Entre outros motivos, porque historicamente os sindicatos independentaram da filiação dos trabalhadores para representá-los – desde os anos 1930, os contratos coletivos negociados com as empresas aplicaram-se a todos os trabalhadores de sua base, filiados ou não.

Ademais, desde o mesmo período, os sindicatos não necessitaram mobilizar esses trabalhadores para negociar tais contratos – podiam simplesmente recorrer à justiça laboral em caso de dissenso com as empresas, sendo que esta justiça arbitrária algum consenso.

Por fim, os sindicatos independentaram da vontade dos trabalhadores para se custearem – desde os anos 1930, houve a cobrança de contribuições compulsórias sobre os salários, que financiavam não apenas os sindicatos, mas também a estrutura sindical acima deles (federações e confederações) (Martins, 1989; Rodrigues, 1979).

Essas controvérsias acerca da taxa de sindicalização, incluindo sua adequação para mensurar a proximidade entre trabalhadores e sindicatos, foram ampla e cuidadosamente discutidas pela literatura.

Grosso modo, essa adequação pode ser analisada sob duas óticas, que não são excludentes (antes pelo contrário). Uma primeira refere-se aos trabalhadores (com foco na sua proximidade aos sindicatos, revelada pela sindicalização). E uma segunda concerne aos próprios sindicatos (com foco na importância da sindicalização para sua organização/atuação).

Quanto à *primeira* ótica, para os trabalhadores da indústria de transformação – e, especialmente, de alguns setores desta –, o fato de serem sindicalizados faz com que se mostrem, realmente, mais próximos aos sindicatos (Cardoso, 1999; 2003; Cardoso, Comin e Campos, 1997).

Eles se informam mais sobre os vários aspectos da vida sindical, se engajam mais de perto nos eventos que ocorrem (como as assembleias e as eleições), participam com mais frequência das mobilizações sindicais (como os piquetes e as greves) e assim por diante.

Na verdade, na indústria de transformação – e, especialmente, em alguns setores desta – o ato de sindicalização traduz uma espécie de “polarização” das atitudes dos trabalhadores perante os sindicatos.

Quem é sindicalizado, é porque conhece e valora positivamente as consequências deste ato, concordando com as posturas de seus sindicatos (diante das empresas, do Estado etc.).

E quem não o é, é porque também conhece, mas não valora positivamente as consequências desse ato – antes pelo contrário, valora negativamente (por não concordar com as posturas dos sindicatos).

(Continua)

(Continuação)

Quanto à *segunda* ótica da discussão, na indústria de transformação – e, especialmente, em alguns setores desta –, os sindicatos não independem dos trabalhadores para sua organização/atuação, como ocorreu por um longo período a partir dos anos 1930 (Cardoso, 1999; 2003; Cardoso, Comin e Campos, 1997).

A título de exemplo, a negociação/contratação coletiva não é realizada recorrendo-se à justiça laboral (dissídios coletivos de natureza econômica), mas sim por meio da mobilização de suas bases (com greves, que forcem as empresas a negociar/contratar).

Além disso, o custeio dos sindicatos, em vários segmentos da indústria de transformação, não depende (exclusiva ou mesmo majoritariamente) de contribuições compulsórias sobre os salários. Este custeio depende, sim, de contribuições voluntárias (que têm por base o ato de associação dos trabalhadores) e de contribuições assistenciais (que têm por base os resultados da negociação/contratação coletiva, conduzida pelos próprios sindicatos).

Enfim, sob duas óticas distintas (mas não excludentes), a literatura mostra que, no período estudado neste texto, a sindicalização pode importar – e, destaque-se, importar bastante. Na indústria de transformação – e, especialmente, em alguns setores desta, como o metalúrgico –, ela pode ser encarada, em certos limites, como um indicador de força da organização e da atuação sindical.

Elaboração do autor.

3 A BASE DOS SINDICATOS: ANOS 1990 E 2000

Em geral, falar da base dos sindicatos é falar do emprego registrado, ou seja, do trabalho assalariado e reconhecido pela regulação laboral. Neste texto, a fim de definir tais bases, além destes dois recortes, acrescentam-se outros dois:

- 1) A base dos sindicatos é composta pelo emprego registrado no setor privado da economia. Neste setor, estão empresas privadas, *stricto sensu*, e também empresas públicas, cujos trabalhadores são denominados celetistas (assalariados e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).² Trabalhadores considerados estatutários (regidos por estatutos específicos, como a Lei nº 8.112/1990)³ são analisados apenas indiretamente, como integrantes da base de sindicatos situados em *outros setores*.
- 2) A base dos sindicatos que interessam a este texto é composta pelo emprego registrado no setor industrial da economia, que inclui somente a indústria de transformação (deixando de fora a de construção). Este setor é analisado em conjunto e, também, em treze distintos segmentos, agrupados de maneira a possibilitar o foco em “cadeias industriais”. Este agrupamento em “cadeias” foi construído a partir da classificação de atividade utilizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é a fonte de informações principal deste texto.⁴

2. Decreto-Lei nº 5.452/1943.

3. Estatuto dos trabalhadores civis do setor público federal.

4. A estrutura dessa classificação de atividades (descrita no anexo IV do manual metodológico de cada PNAD/IBGE) alterou-se entre 1992 e 2011, que é o período de análise deste texto. Assim, foram realizados ajustes na composição de cada um dos treze segmentos industriais, com o intuito de manter a comparabilidade das suas informações ao longo desse período.

Em resumo, neste texto, ao tratar da base dos sindicatos, trata-se do emprego registrado, no setor privado e industrial da economia.⁵ Estes recortes trazem limitações óbvias para o estudo a ser conduzido, mas também abrem algumas possibilidades interessantes. Quanto a estas últimas, pode-se dizer que o foco no emprego registrado, privado e industrial corresponde ao foco nos trabalhadores que, em larga medida, alavancaram as mobilizações que trouxeram o trabalho de volta à arena pública, a partir do final dos anos 1970.

Entre esses trabalhadores, podem-se mencionar os metalúrgicos, os petroleiros, os químicos e diversos outros. Eles destacaram-se por acentuado grau de inovação nas relações de representação coletiva, estabelecidas com seus sindicatos. Isto incluiu um extenso enraizamento em seus locais de trabalho (em comissões de fábrica e outros organismos), uma ampla capacidade de mobilização coletiva (em piquetes, greves etc.), bem como uma postura extremamente crítica diante das empresas (no que se refere às regras e às práticas de contratação, utilização, remuneração e demissão dos trabalhadores).

Todos esses aspectos, que significaram uma inovação para a história da representação coletiva no Brasil, estiveram associados aos trabalhadores registrados, privados e, sobretudo, industriais. Em seu seio, surgiram algumas das principais novidades em termos de relações sindicais (e, por que não, políticas) nos últimos quarenta anos. É por tal razão que este texto opta por concentrar seu foco nestes trabalhadores específicos, considerados pela literatura como “portadores de futuro” na história do país (ao menos até o período mais recente – a década de 2000) (Oliveira, 1993).

3.1 Anos 1990

No Brasil, ao longo dos anos 1990, o emprego não apresentou dinamismo destacado. Na indústria como um conjunto, o número de trabalhadores saiu de 5,78 milhões, em 1992, para 6,12 milhões, em 2001. Isto representou um incremento de 341 mil em termos absolutos e de 5,9% em termos relativos (o que foi pouco significativo, considerando-se o período de nove anos) (gráfico 1).

5. Dadas as características do emprego no setor industrial, neste texto, não se diferencia propriamente emprego (posto de trabalho) de empregado (trabalhador que ocupa este posto). Ainda que, pelo fato de se utilizar a PNAD/IBGE como fonte de informações principal, o foco está de fato no trabalhador empregado (e não no posto caracterizado como emprego).

Essa evolução esteve abaixo da verificada no restante da economia, na qual o número de trabalhadores passou de 13,52 milhões, em 1992, para 16,23 milhões, em 2001. Isto significou um aumento de 2,71 milhões em termos absolutos e de 20,0% em termos relativos (acima da porcentagem na indústria, mas ainda pouco expressivo, levando-se em conta os nove anos do intervalo) (gráfico 1).

Especificamente quanto à indústria, entre 1992 e 2001, o emprego concentrou-se nos mesmos segmentos, destacando-se os de: *i*) têxteis, vestuários, couros e calçados; *ii*) alimentos, bebidas e fumo; *iii*) materiais químicos (derivados de petróleo, gás, álcool etc.); *iv*) madeira, celulose, papel e mobiliário; *v*) materiais siderúrgicos e metalúrgicos; *vi*) materiais e equipamentos de transporte (gráfico 2).

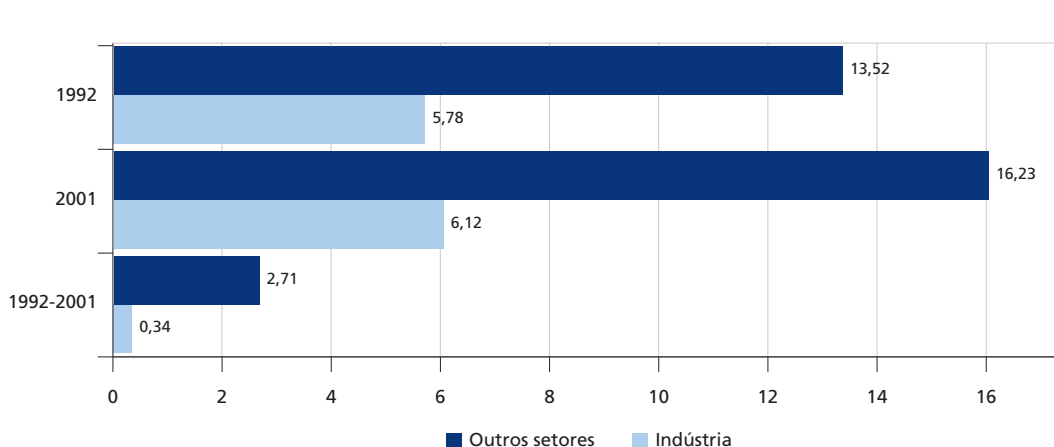
Mas, na maioria desses segmentos, o emprego não demonstrou dinamismo no período. Seis deles mostraram até mesmo contração no número de trabalhadores: *i*) materiais siderúrgicos e metalúrgicos; *ii*) materiais químicos (derivados de petróleo, gás, álcool etc.); *iii*) alimentos, bebidas e fumo; *iv*) extração e processamento de outros minerais (metálicos ou não); *v*) materiais jornalísticos, editoriais e gráficos; *vi*) materiais e equipamentos elétricos e eletrônicos (gráfico 2).

Nos outros sete segmentos estudados, o número de trabalhadores apresentou ampliação, mas bastante modesta: *i*) madeira, celulose, papel e mobiliário; *ii*) têxteis, vestuários, couros e calçados; *iii*) máquinas e equipamentos industriais; *iv*) materiais minerais não metálicos (vidros, cerâmicas e outros); *v*) materiais e equipamentos diversos; *vi*) materiais e equipamentos de transporte (carros, ônibus etc.); *vii*) extração de petróleo e gás (gráfico 2).

Em suma, em se tratando de emprego, os anos 1990 denotaram-se por uma evolução pouco dinâmica, que se mostrou particularmente clara no caso da indústria de transformação. Clara, inclusive, no caso de segmentos que empregavam muito (como os de materiais siderúrgicos, metalúrgicos e químicos, bem como os de alimentos, bebidas e fumo).

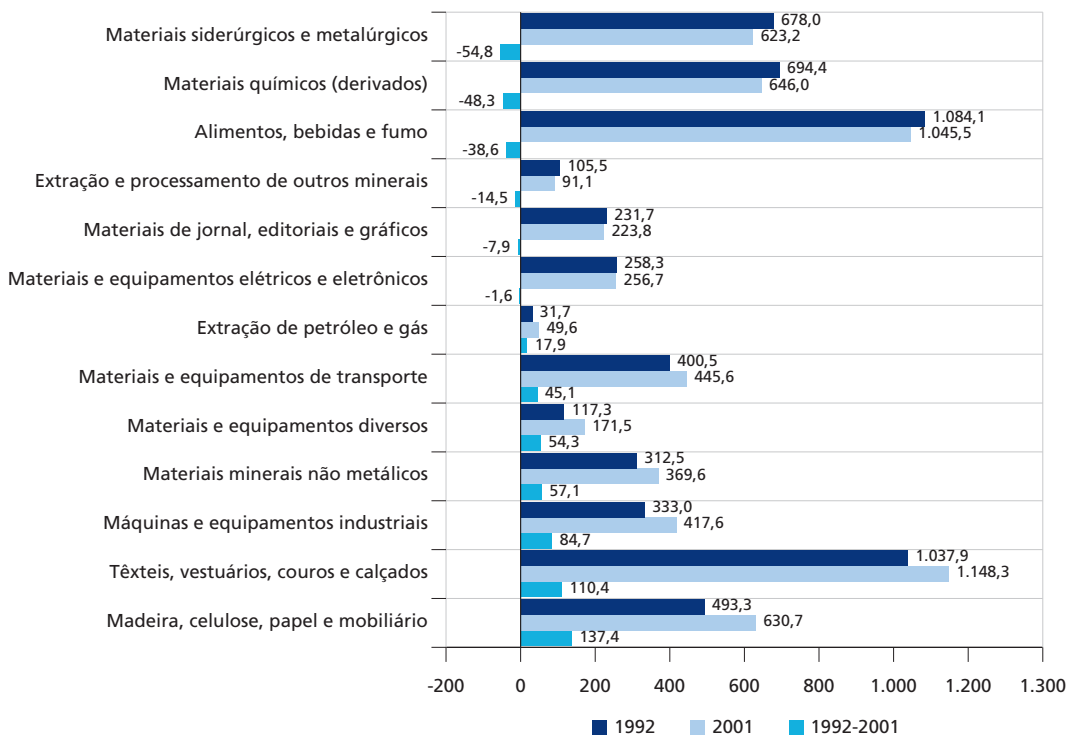
Recorde-se que isso esteve associado às mudanças na estrutura da economia (mudanças nos planos macro e micro, descritas anteriormente). E esteve, também, vinculada à conjuntura da economia no período (caracterizada pelo crescimento vagaroso, instável e descompassado do PIB, tal como examinado).

GRÁFICO 1
Emprego privado e registrado em 1992 e 2001 e variação do emprego privado e registrado no período 1992-2001 – Brasil
 (Em milhão)



Fonte: PNAD/IBGE.

GRÁFICO 2
Emprego privado e registrado em 1992 e 2001 e variação do emprego privado e registrado no período 1992-2001 na indústria de transformação – Brasil
 (Em mil)



Fonte: PNAD/IBGE.

A falta de dinamismo do emprego esteve na raiz de alguns fenômenos relacionados ao “processo de informalidade”, como a contração e a rarefação das bases sindicais. Ressalve-se que, apesar de serem por vezes concomitantes, tais fenômenos são distintos, como é discutido a seguir no quadro 2.

QUADRO 2
Contração e rarefação

<p>Ao analisar a contração das bases sindicais, por um lado, e a sua rarefação, por outro, ressalta-se que tais fenômenos são distintos, ainda que possam ser concomitantes (Cardoso, 1999; 2003; Cardoso, Comin e Campos, 1997). Como exemplo, nos anos 1990, diversos segmentos industriais assistiram à redução no número de seus trabalhadores, o que muitas vezes resultou na contração das bases dos sindicatos.</p> <p>Todavia, alguns desses segmentos poderiam ter presenciado a ampliação da filiação entre os trabalhadores que restaram, o que resultaria não na rarefação, mas sim no adensamento das bases dos sindicatos. Na verdade, há uma matriz com quatro possibilidades, construída a partir da conexão entre estes fenômenos, que pode ajudar a compreender o ocorrido no período:</p>
<p style="text-align: center;">Número de trabalhadores se contrai + Número de trabalhadores filiados se contrai mais = Contração e rarefação da base</p>
<p style="text-align: center;">Número de trabalhadores se contrai + Número de trabalhadores filiados se contrai menos/se amplia = Contração, mas adensamento da base</p>
<p style="text-align: center;">Número de trabalhadores se amplia + Número de trabalhadores filiados se amplia menos/se contrai = Ampliação, mas rarefação da base</p>
<p style="text-align: center;">Número de trabalhadores se amplia + Número de trabalhadores filiados se amplia mais = Ampliação e adensamento da base</p>
<p>Mencione-se que, nessa matriz, a contração das bases (considerada em termos de número de trabalhadores) está vinculada principalmente a fenômenos econômicos, que fazem com que tal número diminua. E, sendo econômicos, tais fenômenos estão com frequência mais além do alcance da atuação dos sindicatos (no máximo, estão sob o alcance da atuação das empresas e do Estado).</p> <p>A rarefação das bases está associada não só a fenômenos econômicos (ligados à redução do número de trabalhadores, que pode influenciar a decisão de filiação dos restantes), mas também a políticos (como a atuação dos sindicatos, no sentido de conscientizar, filiar e mobilizar os trabalhadores). E, sendo políticos, tais fenômenos se mantêm com frequência ao alcance da atuação dos sindicatos (Cardoso, 1999; 2003).</p> <p>Além disso, ressalte-se que são distintas as consequências da contração e da rarefação das bases. Considerando a matriz anterior, fica bastante evidente que, na confluência de fenômenos econômicos e políticos, nem sempre os sindicatos têm necessariamente de se fragilizar. Em alguns casos, o número de trabalhadores pode se reduzir, mas o número de empregados filiados pode não diminuir (ou, ao menos, não na mesma proporção), o que resulta em bases menores e, ao mesmo tempo, mais densas. Nestes casos, os sindicatos podem não se fragilizar, mas sim se fortalecer, mantendo/expandindo seu potencial de organização e atuação (Cardoso, 1999; 2003; Cardoso, Comin e Campos, 1997).</p>

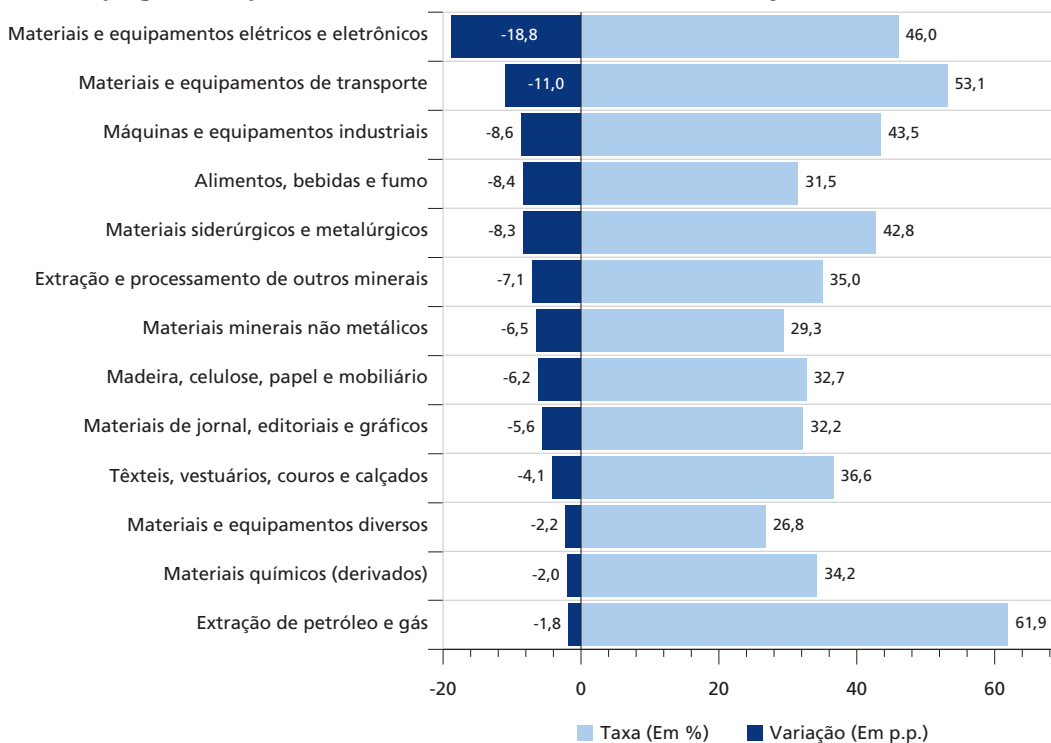
No que diz respeito à contração das bases sindicais, constatou-se anteriormente que diversos segmentos industriais testemunharam este fenômeno nos anos 1990. Inclusive aqueles que contavam com elevado número de trabalhadores, como os de materiais siderúrgicos, metalúrgicos e químicos, bem como os de alimentos, bebidas e fumo.

No que se refere à rarefação, literalmente todos os segmentos da indústria presenciaram tal fenômeno. E, em alguns que contavam com elevadas taxas de sindicalização, ele se mostrou ainda mais acentuado. Este foi o caso dos materiais e equipamentos elétricos e eletrônicos, dos materiais e equipamentos de transporte, das máquinas e equipamentos industriais e dos materiais siderúrgicos e metalúrgicos, por exemplo (gráfico 3).

No conjunto da indústria, a taxa de sindicalização reduziu-se de 37,0% para 30,2% entre 1992 e 2001 (uma oscilação de -6,8 pontos percentuais – p.p.). No restante da economia, esta taxa também diminuiu, mas de maneira menos acentuada: passou de 29,1% para 24,9% (uma variação de -4,2 p.p.). Dessa maneira, a rarefação das bases sindicais atingiu de frente os sindicatos situados na indústria, mas não deixou de afetar os localizados no restante da economia (gráfico 4).

GRÁFICO 3

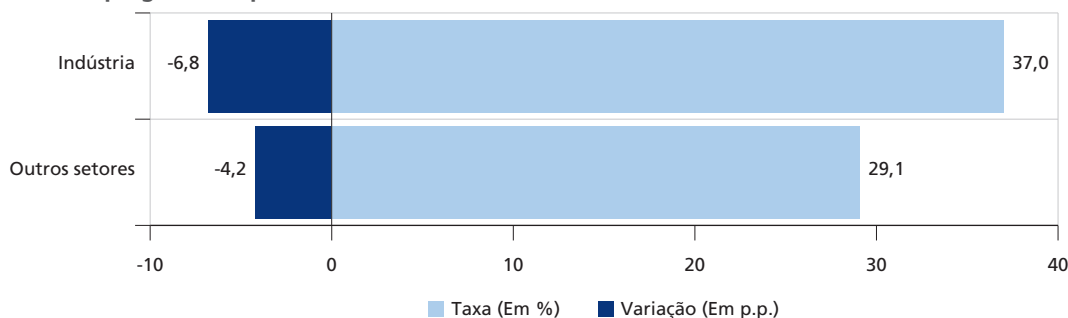
Taxa de sindicalização dos empregados em 1992 e variação da taxa de sindicalização dos empregados no período 1992-2001 na indústria de transformação – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

GRÁFICO 4

Taxa de sindicalização dos empregados em 1992 e variação da taxa de sindicalização dos empregados no período 1992-2001 – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

Em resumo, da perspectiva dos sindicatos, os obstáculos presentes na economia (derivados das mudanças desfavoráveis na estrutura, bem como dos eventos pouco favoráveis da conjuntura) não foram superados pelos avanços na política (em que seria possível uma atuação mais ampla e intensa, no sentido de conscientizar, filiar e mobilizar). Isto se mostrou especialmente claro para os sindicatos de trabalhadores da indústria, mas também se revelou um fato para aqueles da economia mais ampla.

Os anos 1990 constituíram um período de fragilização dos sindicatos no Brasil, cujas bases se contraíram e, também, tornaram-se mais rarefeitas. Tais fenômenos atingiram até mesmo aqueles que contavam com elevado número de trabalhadores e elevada taxa de filiação, radicados principalmente na indústria de transformação. E radicados em segmentos “nobres”, como os materiais e equipamentos elétricos e eletrônicos, os materiais e equipamentos de transporte, as máquinas e equipamentos industriais e os materiais siderúrgicos e metalúrgicos.

3.2 Anos 2000

Na direção contrária dos anos 1990, os anos 2000 caracterizaram-se por um dinamismo acentuado em termos de emprego. Isso pôde ser visto tanto na indústria de transformação quanto no restante da economia. O assalariamento apresentou um avanço que há tempos não era visto no Brasil, talvez desde o fim do “milagre” no período militar.

Curiosamente, verificou-se um descolamento entre a dinâmica *laboral*, por um lado, e a *sindical*, por outro. Enquanto a primeira beneficiou-se dos eventos da economia dos anos 2000, a segunda praticamente não se aproveitou deles. O crescimento do emprego,

que ampliou as bases dos sindicatos, não se fez acompanhar do aumento da filiação, que poderia fazer com que tais bases se adensassem.

Como explicações para essa dinâmica *laboral*, a literatura aponta para uma série de mudanças na estrutura da economia nos anos 2000, situadas no plano *macro* e, com frequência, associadas ao Estado. Elas responderam, em alguma medida, pela constituição de um novo modelo de acumulação no Brasil, distinto do denominado “liberal”, típico dos anos 1990. Em termos abreviados, podem-se citar as seguintes mudanças (Baltar *et al.*, 2010; Barbosa, 2011; Berg, 2011; Berg e Tobin, 2011; Cacciamali, 2010; 2011; Cacciamali e Cury, 2012; Cacciamali, Bobik Jr. e Celli, 2012; Cardoso Jr., 2007; Fiori, 2006; Marinakis, 2011; Medeiros, 2006; OIT, 2010; Pinto, 2013).

- 1) A alteração de certos aspectos da divisão mundial do trabalho, agora com a vinculação do país ao sudeste asiático: este último passou a desempenhar um duplo papel – importador de bens primários (produtos agrícolas, pecuários, minerais e energéticos) e, ao mesmo tempo, exportador de produtos secundários (manufaturados de todas as espécies, com destaque para os de baixos preços).
- 2) Por conta dessa vinculação, ocorreu uma extensa acumulação de divisas: isso atribuiu novos graus de liberdade às iniciativas de estabilização monetária, do ponto de vista monetário, creditício, cambial, tributário, fiscal ou mesmo comercial. Com tais graus de liberdade, tornou-se viável alcançar patamares ampliados e mais estáveis de crescimento do PIB, sem se aprisionar pelas históricas preocupações com a instabilidade do padrão monetário.
- 3) Com esse crescimento ampliado e mais constante do PIB, novos recursos externos fluíram para o país: não só recursos dedicados à produção de bens e serviços (os chamados “investimentos diretos externos”), mas também os direcionados aos mercados de juros, de câmbio, de ações etc. (os investimentos “em carteira”). Isto contribuiu para a cumulação de divisas externas – que, em ampla medida, realimentou o círculo virtuoso antes descrito.
- 4) A retomada de papéis por parte do Estado: papéis que, no modelo “liberal” dos 1990, haviam sido relegados, como os de financiador, produtor, regulador etc. Esta retomada significou, entre outras coisas, novas regulações dos mercados (de bens, serviços, capitais, trabalho, terras etc.), mais arrecadação tributária (que cresceu muito, em consequência do avanço do PIB) e mais gasto estatal (particularmente na seara social, na qual se destacaram a transferência de rendimentos e a prestação de serviços).
- 5) O maior gasto estatal, principalmente na área social, reforçando um aspecto do modelo de acumulação que começou a se desenhar: a ênfase no mercado interno, gravitando em torno do consumo das famílias. Apesar da relevância das exportações, o consumo interno apresentou destaque crescente na composição do PIB – em

particular, após a crise mundial de 2008, que fechou parcela dos mercados externos, mesmo os de bens primários.

- 6) Em conjunto com os demais aspectos descritos, o maior gasto social colaborou para o crescimento ampliado e mais constante do PIB: no que tange às transferências de rendimentos, este gasto inseriu, de forma direta, milhões de famílias no circuito de consumo de bens e serviços. E, mesmo quanto à prestação de serviços, tal gasto liberou recursos das famílias, que se dirigiram, de modo indireto, também ao circuito de consumo.

Traduzindo em termos de conjuntura, talvez se possa dizer que as mudanças na estrutura econômica fizeram com que a dinâmica do PIB se mostrasse mais positiva ao longo dos anos 2000.⁶ E isto teve um impacto também positivo sobre a dinâmica laboral, na qual se destacou principalmente o avanço do assalariamento.

Na indústria como um conjunto, o número de empregados passou de 6,12 milhões, em 2001, para 8,25 milhões, em 2011. Isto representou um aumento de 2,13 milhões em termos absolutos e de 34,8% em termos relativos (porcentagem que se mostrou significativa, comparada com a porcentagem vista nos anos 1990) (gráfico 5).

No restante da economia, no mesmo lapso de tempo, o número de empregados foi de 16,23 milhões para nada menos que 27,98 milhões. Isto significou um crescimento de 11,75 milhões em termos absolutos e de 72,4% em termos relativos (porcentagem muito expressiva, mesmo referindo-se a um período de dez anos) (gráfico 5).

Na indústria, o assalariamento avançou em quase todos os segmentos, com a exceção do de materiais e equipamentos diversos (que consiste em uma miscelânea de produtores/produtos). Nos demais, houve avanços destacados, como nos de: *i*) têxteis, vestuários, couros e calçados; *ii*) alimentos, bebidas e fumo; *iii*) materiais químicos (derivados de petróleo, gás, álcool etc.); *iv*) materiais e equipamentos de transporte; *v*) máquinas e equipamentos industriais; *vi*) materiais siderúrgicos e metalúrgicos (gráfico 6).

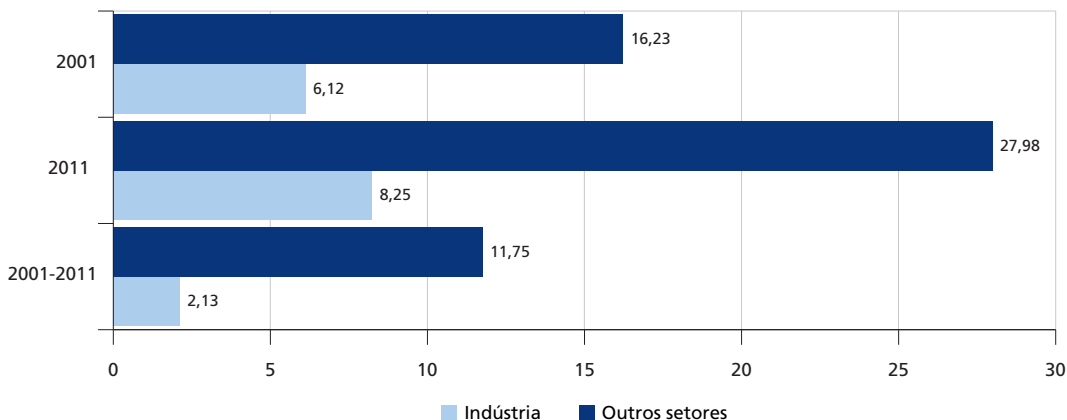
Ademais, em larga medida, em todo o período estudado, o assalariamento permaneceu concentrado nos mesmos segmentos da indústria, destacando-se os de: *i*) têxteis, vestuários, couros e calçados; *ii*) alimentos, bebidas e fumo; *iii*) materiais químicos (derivados de petróleo, gás, álcool etc.); *iv*) materiais siderúrgicos e metalúrgicos; *v*) madeira, celulose, papel e mobiliário; *vi*) materiais e equipamentos de transporte (gráfico 6).

6. Ressalte-se que outras mudanças, não relacionadas à esfera da economia, mas sim à da demografia, da sociedade e da política, também são apontadas pela literatura citada, como concausas da dinâmica econômica e laboral durante os anos 2000.

GRÁFICO 5

Emprego privado e registrado em 2001 e 2011 e variação do emprego privado e registrado no período 2001-2011 – Brasil

(Em milhões)

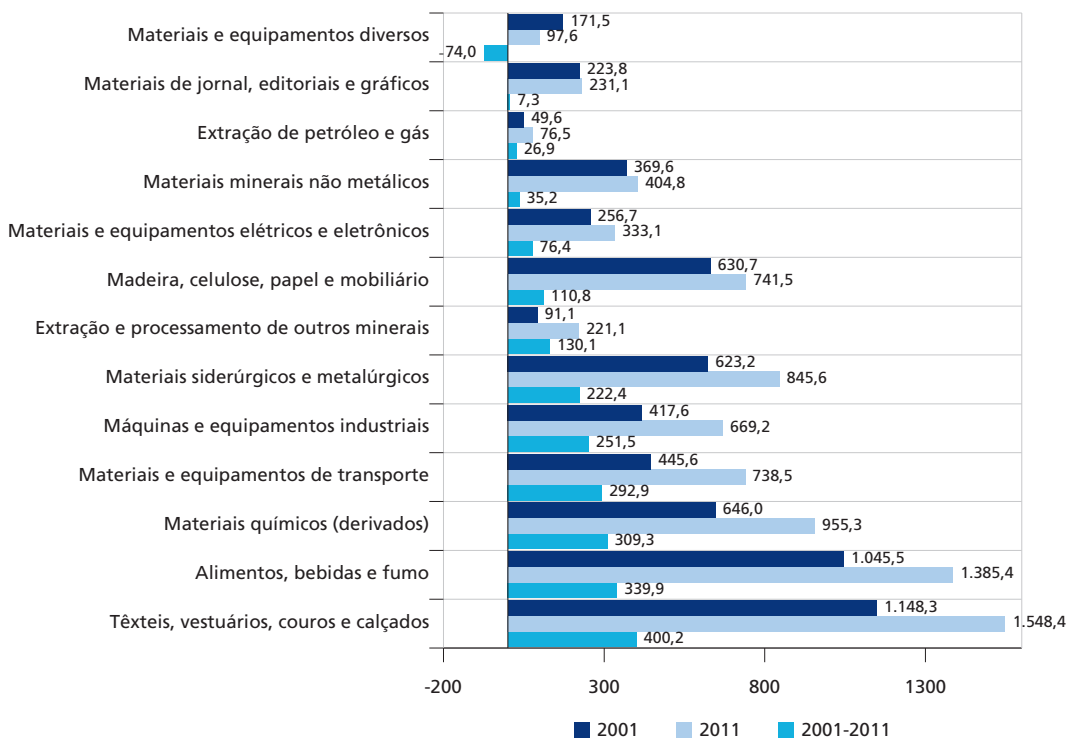


Fonte: PNAD/IBGE.

GRÁFICO 6

Emprego privado e registrado em 2001 e 2011 e variação do emprego privado e registrado no período 2001-2011 na indústria de transformação – Brasil

(Em mil)



Fonte: PNAD/IBGE.

Em resumo, em se tratando da dinâmica laboral, registrou-se um dinamismo marcante no assalariamento ao longo dos anos 2000, contrariamente ao que se verificou nos anos 1990. Seja na indústria, seja na economia mais ampla, um grande número de empregos foi criado, resultando em uma ampliação equivalente das bases dos sindicatos de trabalhadores.

Isso esteve vinculado às mudanças ocorridas no período, que alteraram a estrutura da economia e refletiram em sua conjuntura. Entre 2001 e 2011, o PIB cresceu mais – e de maneira mais equilibrada e estável. E a dinâmica laboral beneficiou-se claramente disto, ainda que a sindical não.

Chama a atenção o descolamento entre ambas as dinâmicas, com as bases dos sindicatos se ampliando, mas não necessariamente se tornando mais densas. Na indústria, dos treze segmentos analisados, nada menos que nove exibiram diminuição na taxa de sindicalização no período, contra apenas quatro que mostraram aumento (gráficos 7 e 8).

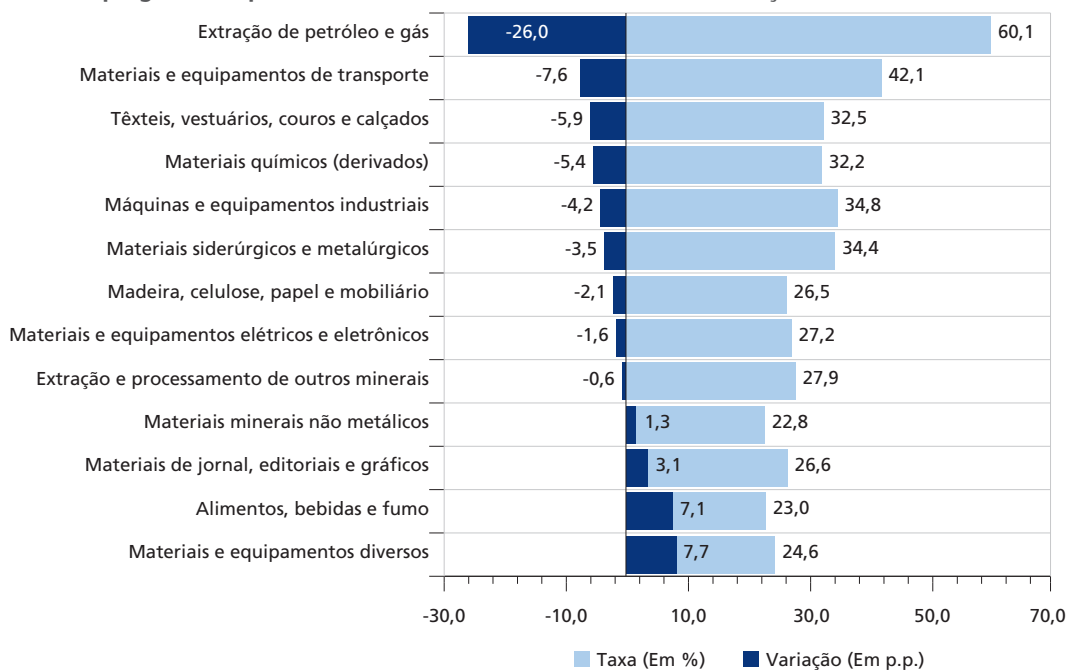
Nos anos 2000, as bases dos sindicatos quase sempre se ampliaram. Mas, de forma concomitante e frequente, se rarefizeram. Este foi o caso, inclusive, dos segmentos que contavam com algumas das taxas de sindicalização mais elevadas em 2001: *i*) extração de petróleo e gás; *ii*) materiais e equipamentos de transporte; *iii*) máquinas e equipamentos industriais; *iv*) materiais siderúrgicos e metalúrgicos (gráficos 7 e 8).

No outro extremo, em alguns segmentos, as bases dos sindicatos se adensaram, com destaque para: *i*) materiais e equipamentos diversos (que, nos anos 2000, foi o único a sofrer contração do número de trabalhadores em sua base); *ii*) alimentos, bebidas e fumo; *iii*) materiais jornalísticos, editoriais e gráficos. De toda forma, estes segmentos, em que os sindicatos conseguiram adensar suas bases, mostraram-se bastante minoritários na indústria (gráficos 7 e 8).

Acrescente-se que, na indústria considerada como um conjunto, a taxa de sindicalização diminuiu de 30,2% para 28,6% entre 2001 e 2011 (uma variação de -1,6 p.p.). No restante da economia, esta taxa encolheu de 24,9% para 20,0% (uma oscilação de -4,9 p.p.). Ou seja, a rarefação das bases sindicais teve lugar entre os sindicatos industriais, mas também (e de maneira até mais intensa) entre aqueles da construção, do comércio, dos serviços etc. (gráfico 9).

GRÁFICO 7

Taxa de sindicalização dos empregados em 2001 e variação da taxa de sindicalização dos empregados no período 2001-2011 na indústria de transformação – Brasil

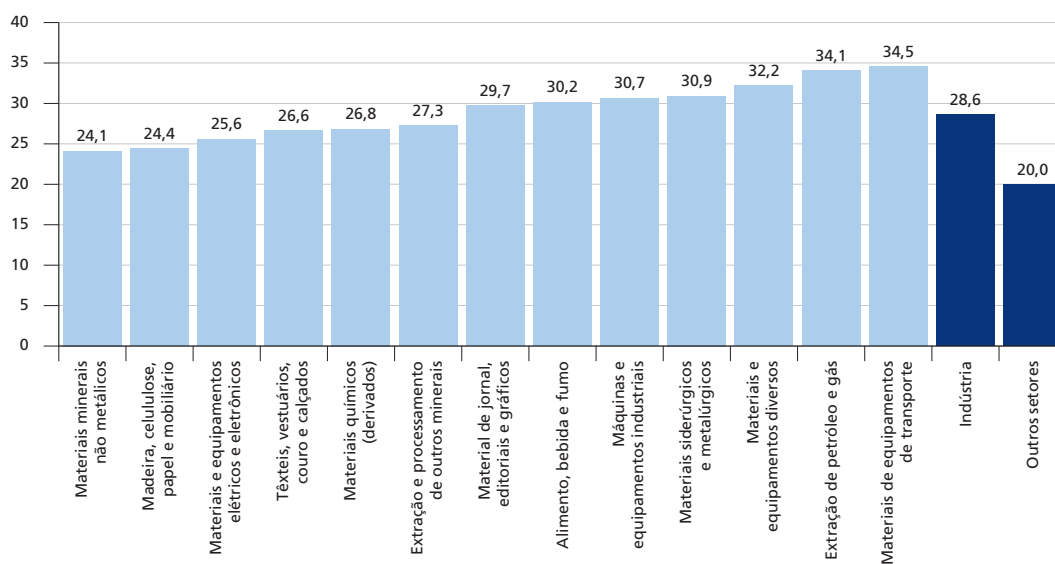


Fonte: PNAD/IBGE.

GRÁFICO 8

Taxa de sindicalização dos empregados na indústria de transformação e em outros setores econômicos – Brasil (2011)

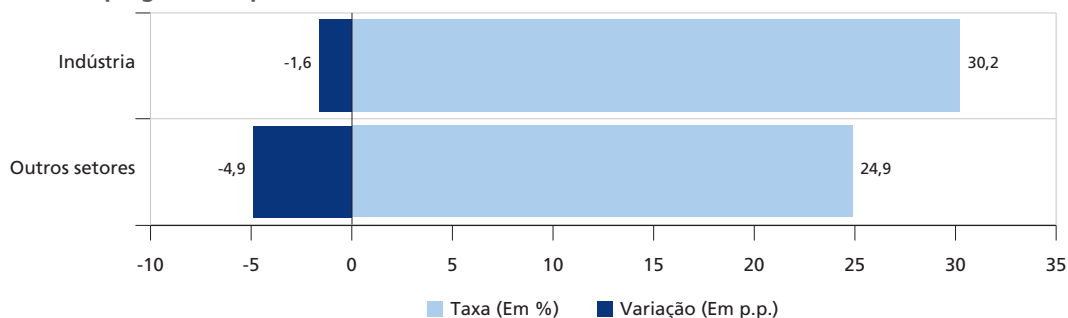
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

GRÁFICO 9

Taxa de sindicalização dos empregados em 2001 e variação da taxa de sindicalização dos empregados no período 2001-2011 – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

Enfim, enfocando principalmente a indústria (objeto central deste texto), o que poderia explicar esse descompasso entre a dinâmica laboral e a sindical? Por que, apesar de se ampliarem (com maior número de trabalhadores as integrando), as bases sindicais se tornaram mais rarefeitas na maior parte dos segmentos industriais? Nos anos 1990, o fenômeno da rarefação podia ser mais compreensível, dado o fenômeno simultâneo da contração das bases. Mas, nos anos 2000, não parece haver explicação evidente para isto, ainda que existam algumas hipóteses, explicitadas na seção final deste texto.

Tais hipóteses exploram os três âmbitos de discussão envolvendo as bases sindicais: em primeiro lugar, o econômico, que guarda vínculos estreitos com os fenômenos de ampliação *versus* contração das bases; em segundo lugar, o demográfico/social; e, em terceiro lugar, o político, que guarda relações com os fenômenos de adensamento *versus* rarefação destas mesmas bases. Nos anos 2000, ao ampliar as bases, a economia apontou para a superação da fragilidade em que foram deixados os sindicatos nos 1990; contudo, aparentemente, ao não adensá-las, a política não apontou na mesma direção (ou, ao menos, não de maneira tão clara).

E isso não deixa de ser curioso, dado que seria justamente o âmbito da política o mais permeável à atuação dos sindicatos, que encontrariam aí condições para conscientizar, filiar e mobilizar trabalhadores, tão mais facilmente quanto mais favorável se mostrasse o âmbito da economia. E, com ampla convicção, pode-se afirmar que este último mostrou-se muito mais favorável aos sindicatos nos anos 2000. Saber por que motivos isto não foi inteiramente aproveitado neste período é o foco central das hipóteses explicitadas na sequência.

4 ALGUMAS HIPÓTESES

A partir das evidências expostas, talvez se possa afirmar que os anos 2000 registraram um descolamento entre a dinâmica laboral e a sindical. A primeira avançou, por meio de milhões de novos empregos, na esteira dos eventos ocorridos na economia. No entanto, a segunda não avançou – ou, ao menos, não tanto quanto –, pois os sindicatos alcançaram apenas uma fração dos trabalhadores ocupantes desses novos empregos.

Desse modo, as bases sindicais se ampliaram, mas raramente se adensaram. Em meio aos treze segmentos industriais que integram o foco deste texto, nove presenciaram diminuição em sua taxa de sindicalização, ao passo que apenas quatro testemunharam aumento.

E, entre os primeiros, estiveram os segmentos que apresentavam as mais altas taxas de sindicalização no início do período de estudo (como o de extração de petróleo/gás, o de materiais/equipamentos de transporte, o de máquinas/equipamentos industriais e o de materiais siderúrgicos/metalúrgicos).

O que poderia estar por trás desse descompasso entre a dinâmica laboral e a sindical nos anos 2000? O que poderia explicar a rarefação das bases, apesar de sua ampliação concomitante? Longe de apresentar respostas conclusivas, pretende-se somente levantar algumas hipóteses, situadas em três campos de discussão.

O primeiro é o da economia, em que a atuação dos sindicatos encontra ressonância limitada, dado que tal campo é dominado pelo Estado (em sua esfera federal) e pelas empresas. O segundo é da demografia/sociedade, na qual os sindicatos têm algumas chances de atuação – mas não muitas, como se verá logo a seguir. Por fim, o terceiro é o da política, em que os sindicatos têm mais possibilidades de atuação, assim como de que esta encontre ressonância efetiva.

Foi visto que o campo da economia mantém relações estreitas com os fenômenos de ampliação/contração das bases sindicais, ao passo que o da política mantém vínculos com os fenômenos de adensamento/rarefação destas mesmas bases. Observe-se, todavia, que tais relações/vínculos se confundem – como ilustram os anos 1990, quando a contração das bases minou qualquer esforço para seu adensamento.

Seja como for, no campo da economia, as hipóteses a serem levantadas para a ausência de avanço na dinâmica sindical nos anos 2000 estão associadas à continuidade do modelo que, em âmbito *micro*, dominou a indústria brasileira a partir dos anos 1990.

Está se falando de fenômenos como: *i*) a desverticalização/terceirização dos processos produtivos das empresas; *ii*) o deslocamento das unidades pelo território (nacional, regional ou mesmo mundial); *iii*) a implantação de novas organizações dos processos (ohnismo, toyotismo etc.); *iv*) a ampliação do controle sobre as atividades produtivas pelas empresas, excluindo os trabalhadores dessa seara.

Esses fenômenos começaram a ser registrados no Brasil durante os anos 1990, como examinado antes. E implicaram obstáculos vários para a organização e a atuação sindical, que foram colocadas na berlinda desde então. A literatura demonstra que, entre outros desdobramentos, isto tendeu a afetar a filiação aos sindicatos, fenômeno aqui enfocado (Castro, 1995; Hirata, 1993; Toledo, 2000).

Se, nos anos 2000, a economia brasileira avançou com base nesse mesmo modelo, calcado na desverticalização, na realocização, na reorganização produtiva, não seria inusitado se os sindicatos continuassem a enfrentar dificuldades para se organizar e atuar, sendo elas refletidas nas dificuldades em afiliar um maior número de trabalhadores.

O segmento de materiais/equipamentos de transporte, que sempre contou com elevada filiação sindical, talvez seja um exemplo. Nos 2000, as manufaturas antigas continuaram a passar por um extenso e profundo ajuste produtivo, que incluiu diversos dos fenômenos citados – como a desverticalização e a reorganização. Em paralelo, novas manufaturas surgiram no país, sob o figurino da produção ohnista/toyotista, em localidades tipicamente *green field*. É possível que isto tenha dificultado a filiação de um maior número de trabalhadores neste segmento.

No campo da demografia/sociedade, as hipóteses aventadas para a falta de avanço na dinâmica sindical nos anos 2000 estão vinculadas ao perfil dos trabalhadores, considerado em termos adscritos (tratando-se de atributos como idade, sexo e cor), adquiridos (atributos como escolarização, área de residência e migração) e, também, ocupacionais (atributos como porte do estabelecimento, tempo de ocupação e remuneração dos trabalhadores).

Pode ser que a dinâmica laboral dos 2000, caracterizada pela criação de uma quantidade expressiva de novos empregos, tenha feito com que quantidade semelhante de trabalhadores tenha conseguido, pela primeira vez em suas vidas, assumir um vínculo assalariado. De modo que a filiação a sindicatos pode ser um fenômeno inédito para este contingente, que pode não enxergar claramente vantagens neste ato, do ponto de vista individual ou mesmo coletivo.

Alguns indícios que podem sustentar tais hipóteses são encontrados no apêndice A deste texto, que traz informações sobre o perfil daqueles que decidem se associar a sindicatos. A partir destes dados, é possível constatar que trabalhadores jovens e/ou com pouco tempo de vínculo assalariado têm menores chances de sindicalização (em termos do indicador de razões de chances). E é provável que justamente este grupo tenha aumentando sua participação no total do emprego nos anos 2000, na esteira das novas vagas criadas.

Por fim, no campo da política, as hipóteses a serem levantadas para a falta de avanço na dinâmica sindical estão relacionadas à possibilidade de “conformação” a determinados aspectos da regulação sindical. Esta última, com uma extensa história corporativa, foi desafiada pelos sindicatos que passaram a ocupar a esfera pública desde o final dos anos 1970. Por meio da atuação em inúmeras greves, da organização nos locais de trabalho, do embate com o ministério e a justiça laboral, da criação de uma central e de um partido político, entre vários outros meios, tais sindicatos contestaram a regulação sindical instituída no Brasil.

É verdade que, a partir dos anos 1990, parcela da literatura questionou em que medida essa regulação foi efetiva e concretamente posta em xeque – perguntando se, na verdade, ela não serviu à organização e à atuação dos próprios sindicatos (Boito Jr., 1991; 1994). Entre outras coisas, afirmou-se que a utilização do aparato típico do corporativismo pode ter explicado, ao menos em parte, a rápida reorganização dos sindicatos de trabalhadores após o regime militar (com todos os eventos associados, como a criação de uma central e de um partido político).

Seja como for, nos anos 2000, outra fração da literatura questionou se os sindicatos não se encontravam plenamente adaptados à regulação sindical corporativa – incluindo aqueles que haviam se rebelado contra ela cerca de vinte anos antes (Oliveira, 2003). Afirmou-se que, com o partido político mencionado assumindo o controle do Estado em âmbito federal após 2002, esta situação acentuou-se ainda mais, com vários representantes das organizações oriundas de 1978 assumindo posições relevantes no aparato de regulação sindical.

De acordo com essa literatura, nos anos 2000, os sindicatos demonstraram pouca atenção a aspectos importantes de sua organização/atuação, como a alteração de seu sistema de custeio, a mudança de sua organização territorial, a alteração de sua sistemática de negociação, a mudança de sua organização nos locais de trabalho e, ademais, a ênfase em uma aproximação com os trabalhadores de suas bases (o que se reflete, ao menos em parte, na afiliação antes examinada).

Segundo essa literatura, especialmente após 2002, os sindicatos concentraram sua atenção em outros aspectos, que se traduziram essencialmente em uma aproximação com o Estado. Entre eles, mencione-se a participação de representantes sindicais na administração de empresas estatais e de fundos também estatais (com destaque para os fundos de previdência complementar destas empresas). Dessa maneira, em certa medida, a filiação dos trabalhadores situados nas bases não esteve propriamente no foco dos sindicatos ao longo do período.

Em resumo, essas são apenas algumas hipóteses, situadas em campos distintos, para tentar explicar o descolamento entre a dinâmica laboral e a sindical nos anos 2000. Enquanto a primeira avançou, com novos trabalhadores incorporados ao assalariamento, a segunda não (ao menos não na mesma medida), pois os sindicatos não conseguiram alcançar estes trabalhadores (ou até mesmo não se preocuparam em fazer isto).

Isso significou que a fragilidade dos sindicatos, própria dos anos 1990, não pareceu inteiramente “superada” nos 2000. Apesar de a macroeconomia ter colaborado, a microeconomia e a política não fizeram o mesmo. Ainda que a política tenha sido a esfera de mais possibilidades de atuação dos sindicatos, seja quanto à macro (referente às suas relações com o Estado), seja quanto à micropolítica (em suas relações com as bases sindicais).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **O resgate da dignidade**: a greve de 1978 em São Bernardo. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BALTAR, P. *et al.* **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Berlim: Global Labour University, 2010.
- BARBOSA, A. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. *In*: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global**: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.
- BERG, J. Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s. *In*: MCCANN, D.; LEE, S. **Regulating for decent work**: new directions in labour market regulation. London: Palgrave Macmillan; Geneve: ILO, 2011.
- BERG, J.; TOBIN, S. Income-led growth as a crisis response: lessons from Brazil. *In*: ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The global crisis**: causes, responses and challenges. Geneva: ILO, 2011.

BOITO JR., A. Reforma e persistência da estrutura sindical. *In*: BOITO JR., A. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 23-28, 1994.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.

_____. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. *In*: BRAGA, T. S.; LUNA, F.; NEVES, L. **Trabalho em Questão**. 1. ed. Salvador: SEI, 2010. v. 86, p. 43-58. (Série Estudos e Pesquisa).

_____. Brasil un caso reciente de crecimiento económico con distribución de renta. **Revista de Estudios Empresariales**, Jaén, n. 1, p. 46-64, 2011.

CACCIAMALI, M. C.; BOBIK, M.; CELLI JR., U. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 91-110, maio 2012.

CACCIAMALI M. C.; CURY, E. **O crescimento do emprego formal com distribuição de renda na América latina persistirá?** São Paulo: FEA/USP, 2012. Mimeografado.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARDOSO, A. M. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas Acabou?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Mudanças e permanências no sindicalismo brasileiro. *In*: ABREU, A. A. (Org.). **Caminhos da Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A.; CAMPOS, A.G. As bases sociais do sindicalismo metalúrgico. *In*: ARBIX, G. e ZILBOVICIUS, M. (Orgs.). **De JK a FHC: a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.

CARDOSO JR., J. C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: Ipea, 2007.

CASTRO, N. A. (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CRUZ, S. V. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ERNST, C. Reformas econômicas y su impacto socio-laboral en los años noventa: análisis comparativo – Argentina, Brasil y Chile. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, ano 2, v. 2, n. 3, p. 6-33, 2003.

FIORI, J. L. **O voo da coruja**: para reler o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas. **Projeto de História**, São Paulo, n. 32, p. 55-77, jun. 2006.

HIRATA, H. (Org.). Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: EDUSP, 1993.

HYMAN, R. Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, ano 2, n. 4, p. 10-28, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)**. Rio de Janeiro: IBGE, anos diversos.

KECK, M. **PT**: a lógica da diferença. São Paulo: Ática, 1991.

MARINAKIS, A. Explaining Latin America’s robust recovery from the crisis. *In*: ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The global crisis**: causes, responses and challenges. Geneva: ILO, 2011.

MARONI, A. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, H. S. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MEDEIROS, C. A. A China como duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul. 2006.

MENEGUELLO, R. **PT**: a formação de um partido. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

NORONHA, E. G. A explosão das greves na década de 80. *In*: BOITO JR., A. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. Greves e estratégias sindicais no Brasil. *In*: OLIVEIRA, C. A. *et al.* (Org.). **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Brasil**: uma estratégia inovadora alavancada pela renda. Genebra: OIT, 2010.

OLIVEIRA, F. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 36, p. 3-7, jul. 1993.

_____. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINTO, Eduardo. América Latina na primeira década do século XXI: efeito China e crescimento com inclusão. *In*: OICH – OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE CAPACIDADES HUMANAS, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Estudos e análises**. Brasília: OICH, 2013.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRIES, L.; DOMBOIS, R. ¿Un huracán devastador o un choque catalizador? Globalización y relaciones industriales en Brasil, Colombia y México. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, Año 4, n. 8, p. 59-87, 1998.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, L. M. **Partidos e sindicatos**: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **CUT**: os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. O sindicalismo nos anos 80: um balanço. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 11-19, jan./mar. 1995.

_____. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 1999.

RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. **Força sindical**: uma análise sociopolítica. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo entre 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANDOVAL, S. **Os trabalhadores param**: greves e mudança social no Brasil. São Paulo: Ática, 1994.

TELLES, V. **A experiência do autoritarismo e as práticas instituintes**: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70. 1985. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

TOLEDO, E. G. Las teorías sobre la restructuración productiva y América Latina. *In*: TOLEDO, E. G. (Org.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México: El Colegio de México, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. As negociações coletivas na década de 2000. *In*: _____. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: Dieese, 2012.

_____. Centrais sindicais: ação unitária na pauta estratégica. *In*: DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: Dieese, 2012.

APÊNDICE A

PERFIL DA SINDICALIZAÇÃO

Falou-se bastante sobre “quantidades” neste texto (número de trabalhadores, número de trabalhadores sindicalizados e assim por diante). Desse modo, apenas a título de complemento, fala-se neste apêndice sobre algumas “qualidades”. Mais especificamente, sobre o perfil dos trabalhadores sindicalizados. A ideia é verificar, de maneira sumária, quem são os trabalhadores que se filiam aos sindicatos, bem como se eles são os mesmos ao longo dos anos 1990 e 2000.¹

Diante das várias limitações da fonte de informações utilizada, a ideia é focar somente em alguns atributos dos trabalhadores: *i*) demográficos adscritos (idade, sexo e cor); *ii*) demográficos adquiridos (escolarização, área de residência – rural *versus* urbana, bem como metropolitana *versus* não metropolitana – e migração); *iii*) ocupacionais (porte do estabelecimento, tempo de ocupação e remuneração dos trabalhadores).

A fim de verificar a “influência” de cada um desses atributos na filiação a sindicatos, realiza-se uma análise de razões de chance, provenientes de regressões logarítmicas binomiais, focadas apenas em componentes principais. Nas tabelas 1, 2 e 3, pode ser encontrado um resumo dos resultados alcançados por meio destas regressões, bem como um sumário dos modelos logarítmicos (métodos de seleção de variáveis, números de iterações, valores de qui-quadrado, valores de Nagelkerke, valores de coeficientes, níveis de significância, índices de classificação, números de resíduos etc.).

Em 2011, os atributos mais importantes a influenciar a filiação pareciam ser os da esfera ocupacional. Se o trabalhador estivesse ocupado em estabelecimento de maior porte, ele tinha 2,16 mais chances de se filiar que se estivesse em um de menor porte.² Se o trabalhador permanecesse mais tempo no mesmo estabelecimento, ele possuía 1,71 vez mais chances de se filiar que se permanecesse menos tempo. Se o trabalhador

1. Sobre a importância de analisar quem são os estratos específicos de trabalhadores que se filiam aos sindicatos, bem como os estratos que sustentam a mobilização dos sindicatos, ver Cardoso (1999), Offe (1984) e Rodrigues (1999).

2. É preciso ressaltar que, ao tratar das razões de chance entre os atributos pessoais dos trabalhadores e suas intenções de filiação aos sindicatos, não se pretende realizar qualquer afirmação sobre eventuais relações de causalidade aí existentes.

contasse com uma remuneração maior neste estabelecimento, ele tinha 1,73 vez mais chance de se filiar ao sindicato que se contasse com uma menor (gráfico 1 e tabela 3 do apêndice A).

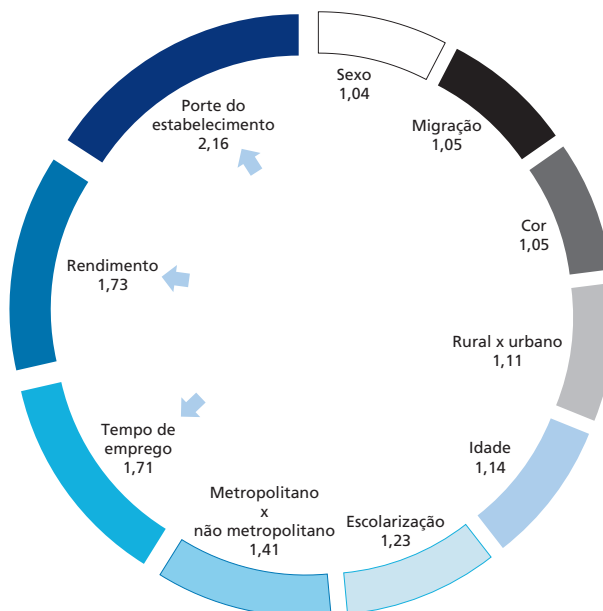
Nesse mesmo ano, os atributos demográficos/adquiridos não pareciam ser muito relevantes para a relação entre o trabalhador e o sindicato. A exceção talvez fosse a localização da residência do trabalhador – se estivesse em alguma área metropolitana, a chance de se filiar era 1,41 vez menor (gráfico 1 e tabela 3 do apêndice A).

Em 2011, os atributos demográficos/adscritos também pareciam ser pouco importantes na relação entre o trabalhador e o sindicato. O sexo, masculino ou feminino, bem como a cor/raça, branca ou negra, não pareciam ser elementos pertinentes desta relação. Em escassa medida, o único atributo que se destacava era a idade – se o trabalhador fosse mais velho, sua chance de se filiar era 1,14 vez maior (gráfico 1 e tabela 3 do apêndice A).

Enfim, em 2011, a filiação ao sindicato parecia influenciada por atributos pertencentes à esfera ocupacional. Mencione-se que, do ponto de vista *estrutural*, isto não deixava de fazer sentido, dado que a filiação dos trabalhadores sempre foi um aspecto próprio da vida sindical. E esta última quase sempre disse respeito a assuntos relativos à esfera ocupacional (envolvendo mobilizações por melhores condições de trabalho, em defesa de remunerações mais elevadas, contra demissões de trabalhadores etc.) (Cardoso, 1999; 2003).

Uma evidência desse caráter *estrutural* talvez esteja na evolução observada no período entre 1992 e 2011. Em todo esse período, os atributos que mais importam para a filiação sindical são sempre os mesmos: porte de estabelecimento, tempo de ocupação e remuneração. É verdade que, ao longo do período de análise, alguns atributos têm suas razões de chance diminuídas (como a idade, o porte do estabelecimento e a remuneração) ou até mesmo invertidas (como o sexo, a escolarização, a migração e a área de residência). Mas isto não altera o básico: a adesão à vida sindical parece sempre pautada por fenômenos próprios da esfera ocupacional (gráfico 2 do apêndice A).

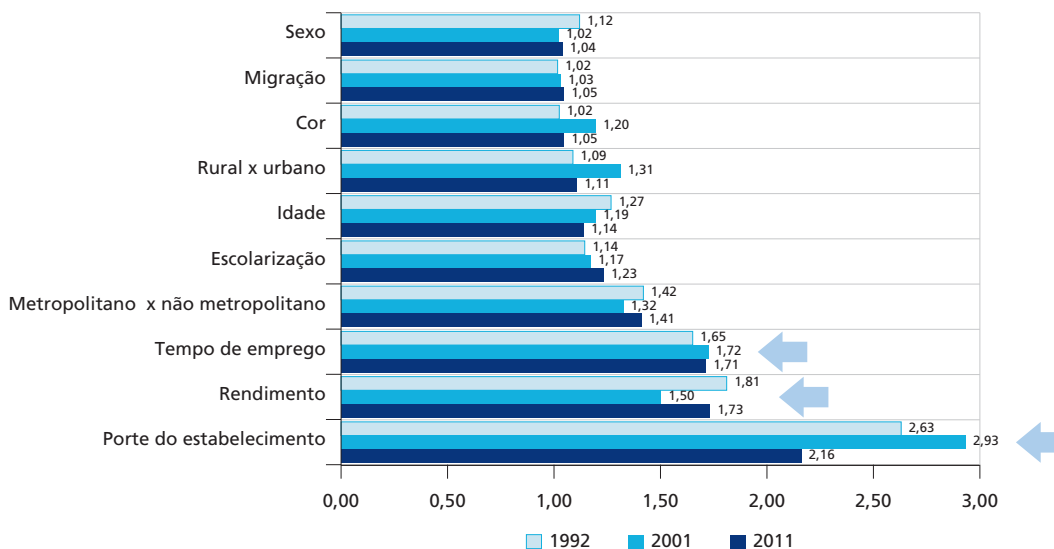
GRÁFICO A.1
Razões de chance de sindicalização em meio a empregados da indústria de transformação – Brasil (2011)
(Em vezes)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Neste gráfico, se o valor da razão de chance é inferior a 1,00, ele é transformado em 1/valor.

GRÁFICO A.2
Razões de chance de sindicalização em meio a empregados da indústria de transformação – Brasil (1992, 2001 e 2011)
(Em vezes)



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Neste gráfico, se o valor da razão de chance é inferior a 1,00, ele é transformado em 1/valor.

TABELA A.1
Regressão logística binomial (1992)^{1,2}

Atributos demográficos - adscritos	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Idade (até 30 x 31 ou + anos)	0,24	0,00	1,26	1,27	1,27
Sexo (feminino x masculino)	0,11	0,00	1,12	1,12	1,13
Cor (negra x branca)	0,02	0,00	1,02	1,02	1,03
Atributos demográficos - adquiridos	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Escolarização (até 6 x 7 ou + anos)	0,13	0,00	1,14	1,14	1,15
Área de residência (rural x urbano)	-0,09	0,00	0,91	0,92	0,92
Área de residência (não metropolitano x metropolitano)	-0,35	0,00	0,70	0,70	0,71
Migração (não x sim)	0,02	0,00	1,01	1,02	1,02
Atributos ocupacionais	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Porte do estabelecimento (até 10 x 11 ou +)	0,97	0,00	2,61	2,63	2,65
Tempo de emprego (até 36 x 37 ou + meses)	0,50	0,00	1,65	1,65	1,66
Rendimento mensal no emprego (até CR\$ 1,2 mi x mais de CR\$ 1,2 mi)	0,59	0,00	1,80	1,81	1,82
Constante	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Bo	-2,04	0,01	-	-	-

Fonte: PNAD/IBGE.

Notas: ¹ Variável-resposta: se é sindicalizado ou não; variáveis-preditoras: múltiplas (apenas componentes principais).

² Método: entrada forçada de variáveis (seleção única, não hierárquica, com até vinte interações) – 1992.

Obs.: método: seleção única, não hierárquica. Qui-quadrado (10): 451.132,82; p < ,01. Nagelkerke R2: ,11.

Todos B com p < ,01. Correta classificação: 66,1%. Porcentagem de resíduos estandarizados > 2 = 0,4%.

TABELA A.2
Regressão logística binomial (2001)^{1,2}

Atributos demográficos - adscritos	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Idade (até 31 x 32 ou + anos)	0,18	0,00	1,19	1,19	1,20
Sexo (feminino x masculino)	0,02	0,00	1,02	1,02	1,03
Cor (negra x branca)	0,18	0,00	1,19	1,20	1,20
Atributos demográficos - adquiridos	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Escolarização (até 7 x 8 ou + anos)	0,16	0,00	1,17	1,17	1,18
Área de residência (rural x urbano)	0,27	0,00	1,30	1,31	1,32
Área de residência (não metropolitana x metropolitana)	-0,28	0,00	0,75	0,75	0,76
Migração (não x sim)	-0,03	0,00	0,97	0,97	0,98
Atributos ocupacionais	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Porte do estabelecimento (até 10 x 11 ou +)	1,08	0,00	2,91	2,93	2,95
Tempo de emprego (até 36 x 37 ou + meses)	0,54	0,00	1,72	1,72	1,73
Rendimento mensal no emprego (até R\$ 400,00 x R\$ 400,01 ou +)	0,41	0,00	1,50	1,50	1,51
Constante	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Bo	-2,73	0,01	-	-	-

Fonte: PNAD/IBGE.

Notas: ¹ Variável-resposta: se é sindicalizado ou não; variáveis-preditoras: múltiplas (apenas componentes principais).

² Método: entrada forçada de variáveis (seleção única, não hierárquica, com até vinte interações) – 2001.

Obs.: método: seleção única, não hierárquica. Qui-quadrado (10): 398.917,45; p < ,01. Nagelkerke R2: 0,09.

Todos B com p < ,01. Correta classificação: 70,2%. Porcentagem de resíduos estandarizados > 2 = 1,0%.

TABELA A.3
Regressão logística binomial (2011)^{1,2}

Atributos demográficos - adscritos	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Idade (até 32 x 33 ou + anos)	0,13	0,00	1,14	1,14	1,14
Sexo (feminino x masculino)	-0,04	0,00	0,96	0,96	0,97
Cor (negra x branca)	0,05	0,00	1,04	1,05	1,05
Atributos demográficos - adquiridos	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Escolarização (até 11 x 12 ou + anos)	-0,21	0,00	0,81	0,81	0,81
Área de residência (rural x urbano)	0,10	0,00	1,10	1,11	1,12
Área de residência (não metropolitana x metropolitana)	-0,34	0,00	0,71	0,71	0,71
Migração (não x sim)	-0,05	0,00	0,95	0,96	0,96
Atributos ocupacionais	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Porte do estabelecimento (até 10 x 11 ou +)	0,77	0,00	2,15	2,16	2,17
Tempo de emprego (até 36 x 37 ou + meses)	0,54	0,00	1,71	1,71	1,72
Rendimento mensal no emprego (até R\$ 950,00 x R\$ 950,01 ou +)	0,55	0,00	1,73	1,73	1,74
Constante	B	EP	RC-Inf (95%)	RC	RC-Sup (95%)
Bo	-2,14	0,01	-	-	-

Fonte: PNAD/IBGE.

Notas: ¹ Variável-resposta: se é sindicalizado ou não; variáveis-preditoras: múltiplas (apenas componentes principais).

² Método: entrada forçada de variáveis (seleção única, não hierárquica, com até vinte interações) – 2011.

Obs.: método: seleção única, não hierárquica. Qui-quadrado (10): 422.369,90; p < ,01. Nagelkerke R2: ,07.

Todos B com p < ,01. Correta classificação: 71,1%. Porcentagem de resíduos estandarizados > 2 = 0,6%.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laetícia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Bárbara Pimentel (estagiária)

Karen Aparecida Rosa (estagiária)

Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

